

CONVÊNIO N.º 773808/2012



CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN E A CASA DE CULTURA CAVALEIRO DE JORGE PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "DOCUMENTÁRIO AUDIOVISUAL DE RITUAL INDÍGENA DO ALTO XINGU" PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, NA FORMA ABAIXO:

Aos *AR* do mês de *setembro* do ano de dois mil e doze, o **INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN**, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criado pelas Leis nº 8.029 e 8.113, respectivamente, de 12 de abril e de 12 de dezembro, ambas de 1990, inscrito no CNPJ sob o nº 26.474.056/0001-71, com sede na cidade de Brasília, DF, SEP/SUL EQ 713/913 Lote D - 5º andar, neste ato representado por seu Presidente, Dr. LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA, residente e domiciliado na SQS 406 Bloco J Apto 203 - Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº M.2.169.075, Órgão Expedidor: SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 463.783.166-00, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a **CASA DE CULTURA CAVALEIRO DE JORGE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.680.513/0001-44, com sede na rua 04, quadra 04, lote 19, Vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás-GO, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, Sr. Juliano George Basso, residente e domiciliado na Rua 07, quadra 08, lote 11, Vila de São Jorge, portador da Carteira de Identidade nº 3.148.489, Órgão Expedidor: SSP-GO, inscrito no CPF sob o nº 560.794.191-49, doravante denominada **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO sujeitando-se os partícipes às disposições contidas no chamamento público disponibilizado no sítio do IPHAN, nas Leis n.º 12.465/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012), 12.595/2012 (Lei Orçamentária Anual); 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; Decreto 6.170/2007, de 25 de julho de 2007; Portaria Interministerial 507/2011-MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011, resolvem celebrar o presente Convênio mediante Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a realização do Documentário do ritual indígena do Alto Xingu, que permitirá o início do processo de Registro Imaterial, em conformidade com o edital de chamamento público Nº 002/2012 DPI/IPHAN e, consoante com o Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento, independente de sua transcrição, constante do Processo nº 01450.007858/2012-10.



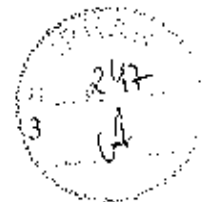
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES E DAS VEDAÇÕES:

I- Constituem obrigações do CONCEDENTE:

- a) efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho;
- b) acompanhar, orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Convênio, por meio de um técnico, especialmente designado por meio de Portaria publicada no Boletim de Serviço do IPHAN e registrado no Portal dos Convênios/SICONV;
- c) analisar a Prestação de Contas relativas à execução do objeto do presente Convênio;
- d) proceder ao acompanhamento físico-financeiro das atividades referentes ao objeto deste Convênio, na forma prevista na letra “a” supra ou por meio de entidade delegada;
- e) avaliar a execução deste Convênio, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho originalmente aprovado, mediante solicitação da CONVENENTE, fundamentada em razões que a justifique, formulada, no mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.
- f) prorrogar “de ofício” a vigência deste Convênio, antes do seu término, quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo do CONCEDENTE, conforme consta no Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) notificar, no prazo de até 10(dez) dias, a respectiva Câmara Municipal ou Assembléia Legislativa quando da celebração do Convênio, nos termos do § 2º, do art. 116, da Lei nº 8.666/93 e art. 48, da Portaria Interministerial nº 507/2011-MP/MF/CGU;
- h) exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio;
- i) registrar no SICONV os atos referentes à celebração, alterações, liberação dos recursos, acompanhamento da execução, a apresentação da prestação de contas, bem como sua aprovação ou não;
- j) comunicar à CONVENENTE qualquer situação de irregularidades relativa ao uso dos recursos envolvidos que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, para regularização no período de até 30(trinta) dias, contados a partir do evento;
- k) incluir no SICONV relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução deste Convênio;
- l) proceder aos demais atos inerentes ao bom e fiel cumprimento dos objetivos do presente Convênio.

II - Constituem obrigações da CONVENENTE:

- a) implementar o presente Convênio com rigorosa observância ao Plano de Trabalho e ao projeto aprovado pelo CONCEDENTE;



b) dar ciência da celebração deste Convênio ao Conselho Municipal de Cultura ou órgão equivalente no prazo de 10 (dez) dias e, posteriormente, encaminhar ao Concedente, documento comprobatório da respectiva notificação no prazo de 30 (trinta) dias, ambos os prazos contados a partir da celebração do Convênio;

c) movimentar os recursos financeiros liberados pelo **CONCEDENTE**, em conta bancária específica vinculada ao Convênio, junto a uma instituição financeira controlada pela União, bem como o depósito e a execução financeira da contrapartida;

d) efetuar o depósito do valor estipulado a título de contrapartida, se financeira, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho na conta mencionada na letra c;

e) utilizar os recursos financeiros de que trata este Convênio, tanto os transferidos pelo **CONCEDENTE** quanto os de contrapartida, em conformidade com o Plano de Trabalho e exclusivamente no cumprimento do seu objeto, vedada a utilização deles em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência;

f) restituir, no encerramento deste Convênio, mediante OBTV -- Ordem Bancária de Transferência Voluntária, eventual saldo dos recursos transferidos pelo **CONCEDENTE** e/ou de rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro, na forma orientada no presente Instrumento;

g) apresentar Prestação de Contas na forma prevista na Cláusula Sexta;

h) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

i) restituir, mediante OBTV – Ordem Bancária de Transferência Voluntária, o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:

- 1- quando não for executado o objeto da avença;
- 2- quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas ; e
- 3 - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente Convênio;

j) realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, para a aquisição de bens e contratação de serviços com recursos deste Convênio, observando os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, de acordo com o que dispõe os artigos 57 a 61 da Portaria Interministerial nº 507/2011-MP/ME/CGU, de 24 de novembro de 2011, quando instituição privada sem fins lucrativos;

k) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento;



l) promover a divulgação das ações objeto deste Convênio citando, obrigatoriamente, a participação do **CONCEDENTE**, nos trabalhos realizados, na forma por este estabelecida na Cláusula Décima – Segunda deste Convênio;

m) permitir e facilitar o acesso de técnicos do **CONCEDENTE**, e outros por ele designados, de servidores do Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos e informações referentes aos Instrumentos de transferências, bem como aos locais de execução do objeto deste Convênio;

n) inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução do Convênio, que permitam o livre acesso dos técnicos do **CONCEDENTE** e outros por ele designados, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas ;

o) apresentar Relatório Técnico Final, explicitando as repercussões do projeto objeto deste Convênio, inclusive quanto ao aproveitamento das ações ambientais;

p) fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONCEDENTE** referentes ao projeto objeto deste Convênio e a situação financeira da **CONVENIENTE** durante o período da sua execução;

q) realizar as despesas para execução do objeto do Convênio expresso no Plano de Trabalho, exclusivamente dentro do período previsto na Cláusula Quarta;

r) afixar placa alusiva ao projeto/obras no local de sua execução, de acordo com o modelo padrão a ser fornecido pelo **CONCEDENTE**;

s) utilizar os bens e serviços custeados com recursos do **CONCEDENTE** exclusivamente na execução do objeto deste Convênio;

t) incluir regularmente no Portal dos Convênios/SICONV as informações e os documentos exigidos na Portaria Interministerial nº 507/2011-MP/MF/CGU, mantendo-os atualizados;

u) comunicar ao **CONCEDENTE** sempre que houver prêmios, títulos, homenagens e afins, decorrentes dos trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio;

v) notificar, no prazo de 15(quinze) dias, o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver, bem como notificar partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da liberação dos recursos e, posteriormente encaminhar ao IPHAN, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da liberação dos recursos, documento comprobatório da respectiva notificação;

x) promover a aquisição e/ou contratação de bens, obras e serviços, em conformidade com os procedimentos adotados pela legislação federal, notadamente o Decreto nº 5.504/2005, sendo obrigatório o emprego da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450/2005, sendo preferencialmente a utilização de sua forma eletrônica. A inviabilidade da utilização da modalidade pregão eletrônico deverá ser devidamente justificada ao **CONCEDENTE**. Nos casos de inaplicabilidade da modalidade pregão, adotar a Lei nº 8.666/93, inclusive com a realização de pesquisa de preço, buscando



sempre proposta mais vantajosa para o Convênio, com vistas à economicidade e ao melhor aproveitamento dos recursos aplicados;

z) responder por danos causados por terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do presente Convênio;

Parágrafo Primeiro- É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos do presente Convênio, a título de:

a) taxa de administração, de gerência ou similar;

b) pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou de entidade pública da administração direta ou indireta, de todas as esferas de governo, por serviços de consulta ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

c) taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se motivadas por atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

d) pagamento de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, ressalvado o destinado aos quadros de pessoal exclusivo da **CONVENENTE** e do interveniente, se houver;

e) realizar despesas em data anterior à vigência deste Convênio;

f) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste;

g) realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

Parágrafo Segundo - É vedado, ainda, à **CONVENENTE** transferir os recursos liberados pelo **CONCEDENTE**, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades não indicados no Plano de Trabalho e/ou conta que não a vinculada a este Convênio, mesmo que a título de controle.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos necessários à execução do objeto deste Convênio, no montante de R\$603.000,00(seiscentos e três mil reais) correrão à conta dos orçamentos do **CONCEDENTE** e da **CONVENENTE**, conforme abaixo discriminado:

a) Recursos do CONCEDENTE

- Programa de Trabalho: 133912027201J0001 (PTRES:047733)

- Natureza da Despesa: 335041 e 445041



- Nota(s) de Empenho: 2012NE800464 e 2012NE800465
- Fonte de Recursos: 0100000000
- Valor: R\$590.000,00(Quinhentos e noventa mil reais)

b) Recursos da CONVENIENTE

- R\$ 13.000,00(treze mil reais), na forma detalhada no Plano de Trabalho, a título de Contrapartida.

Parágrafo Primeiro Os recursos do **CONCEDENTE** serão liberados de conformidade com o Cronograma de Desembolso que integra o Plano de Trabalho e guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto deste Instrumento, observadas as disponibilizações de recursos efetuados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo Segundo – Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados obedecendo a seguinte regra:

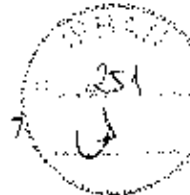
- a) em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e
- b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

Parágrafo Terceiro – Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução deste Convênio, fica obrigado o **CONCEDENTE** a notificar, de imediato, a **CONVENIENTE**, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quarto – A não comprovação da realização da despesa conforme Cronograma de Execução constante no Plano de Trabalho, acarretará na inclusão da **CONVENIENTE** no cadastro de inadimplente junto ao SICONV.

Parágrafo Quinto – Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes no Plano de Trabalho, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviços, excepcionalmente - mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco - poderá ser realizado uma única vez, no decorrer da vigência deste Instrumento, o pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observando o limite de R\$ 800,00(oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços ou aplicados no mercado financeiro na forma do parágrafo segundo, da presente cláusula, devendo ser observado, ainda:

- a) os rendimentos das aplicações financeiras, referidas no parágrafo segundo desta cláusula, serão obrigatoriamente aplicados no objeto do presente Convênio ou recolhidos a conta do **CONCEDENTE**, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. A utilização dos rendimentos das aplicações, necessita de prévia autorização formal do **CONCEDENTE** sob pena de devolução dos recursos;



b) as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação dos recursos, no mercado financeiro, não poderão ser computadas como contrapartida devida pela **CONVENIENTE**.

Parágrafo Sétimo – A **CONVENIENTE** deverá incluir em seu orçamento as transferências recebidas para a execução deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do **CONCEDENTE** destinados à execução do objeto deste Convênio serão liberados em parcelas a crédito de conta bancária específica do Convênio, no Banco do Brasil S.A., Agência nº 4546-2, sob o número da conta 9899-X em nome da **CONVENIENTE**, e vinculada ao presente Instrumento.

Parágrafo Primeiro – O período de execução do Plano de Trabalho será de Setembro de 2012 a Abril de 2013 e a liberação dos recursos ocorrerá em 3(três) parcelas conforme disposto no Cronograma de Desembolso.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

Para a aquisição de bens e contratação de serviços com recursos deste Convênio a **CONVENIENTE** deverá realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios de impessoalidade, moralidade e economicidade, conforme o previsto nos artigos 57 a 61 da Portaria Interministerial nº 507/2011-MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011;

PARAGRAFO PRIMEIRO – A **CONVENIENTE** deverá contratar empresas que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado, prévia à contratação, que será registrada no Portal dos Convênios/SICONV e deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

PARAGRAFO SEGUNDO – A cotação prévia de preços será desnecessária:

I - quando o valor for inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), desde que não se refiram a parcelas de um serviço ou compra ou ainda para serviços e compras da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções, devendo comprovar não-só os preços que aquele fornecedor já praticou com outros demandantes.

PARAGRAFO TERCEIRO – O registro no Portal dos Convênios/SICONV, dos contratos celebrados pelo beneficiário na execução do objeto é condição indispensável para sua eficácia e para a liberação das parcelas subsequentes dos recursos, se for o caso, conforme previsto no § 2º do inciso II do art. 58 da Portaria Interministerial nº 507/2011-MP/MF/CGU;

PARAGRAFO QUARTO – Cada processo de compras e contratações de bens e serviços da **CONVENIENTE** deverá ser registrado Portal dos Convênios/SICONV contendo, no mínimo, os seguintes elementos:



I – os documentos relativos à cotação prévia ou as razões que justifiquem a sua desnecessidade;

II – elementos que definiram a escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço;

III – comprovação do recebimento da mercadoria ou serviço e,

IV – documentos contábeis relativos ao pagamento.

PARAGRAFO QUINTO – Nas contratações de bens e serviços do presente Convênio, a **CONVENENTE** poderá utilizar-se do sistema de registro de preços dos entes federados.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **CONVENENTE** prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do término da vigência deste Convênio ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Primeiro – A Prestação de Contas observará os dispostos nos artigos 72 a 74 da Portaria Interministerial nº 507/2011-MP/MF/CGU.

Parágrafo Segundo – Quando a Prestação de Contas não for encaminhada no prazo estabelecido no *caput* desta Cláusula, o **CONCEDENTE** estabelecerá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da lei.

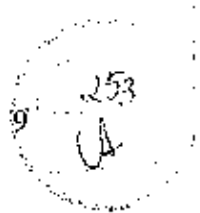
Parágrafo Terceiro – A não apresentação da Prestação de Contas no prazo estipulado, bem como a não aprovação das contas prestadas, nos termos do art. 82, §1º, II, da Portaria Interministerial nº 507/2011, resultará, após esgotadas as providências administrativas a cargo do concedente, na instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA, DA ALTERAÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

Este Convênio terá vigência até 08 de Abril de 2013, com início a contar da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

Parágrafo Primeiro – A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada por igual período ao previsto neste Instrumento, mediante termo aditivo, por solicitação da **CONVENENTE** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término da vigência deste Instrumento, solicitação esta que deverá ser registrada no Portal dos Convênios-SICONV, com a mesma antecedência, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, desde que aceita pelo **CONCEDENTE**.

Parágrafo Segundo – É vedada a alteração do objeto do Convênio, exceto nos casos de ampliação da execução do objeto pactuado, ou para redução ou exclusão de Meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado.



CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Convênio será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução de seu objeto, devendo o **CONCEDENTE** registrar no Portal dos Convênios/SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto deste Convênio, conforme disposto nos artigos 3º e 65, da Portaria Interministerial nº 507/2011-MP/MF/CGU;

Parágrafo Primeiro – A execução deste Convênio será acompanhada, *in loco*, por um representante do **CONCEDENTE**, especialmente designado e registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução de seu objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

Parágrafo Segundo – O **CONCEDENTE**, no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, poderá:

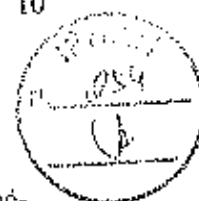
- a) - valer-se do apoio técnico de parceiros;
- b) - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade e,

Parágrafo Terceiro – No acompanhamento e fiscalização do objeto deste Convênio serão verificados:

- a) - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, conforme legislação pertinente;
- b) - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas aprovados;
- c) - regularidade das informações registradas pela **CONVENENTE** no Portal dos Convênios/SICONV ; e
- d) - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas;

Parágrafo Quarto – Além do disposto nesta Cláusula, a Controladoria – Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União – TCU, poderão realizar a qualquer momento auditorias no presente Convênio.

Parágrafo Quinto – O **CONCEDENTE**, se a situação assim o exigir, fará uso de sua prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto do presente Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.



CLÁUSULA NONA – DA PRERROGATIVA DA AÇÃO

Em caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica a União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN ou entidade legalmente designada, autorizada a assumir a execução do projeto, conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, de modo a evitar a descontinuidade do objeto do presente Convênio, podendo reorientar ações, acatar ou não justificativas com relação as eventuais distorções havidas na execução sem prejuízo da ação das unidades de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Concedente providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do presente Convênio e de seus eventuais aditamentos, quando houver, no Diário Oficial da União, nos termos do art. 46 da Portaria Interministerial nº 507/2011-MP/MF/CGU.

Parágrafo único. Serão publicados no Diário Oficial da União os extratos dos aditivos que alterem o valor ou ampliem a execução do objeto, vedada a alteração da sua natureza, quando houver, respeitado o prazo estabelecido no caput.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO

Durante a vigência deste Convênio a **CONVENIENTE** obriga-se a:

D) - Antes da realização de cada pagamento, com os recursos do Convênio, incluir no Portal dos Convênios/SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a destinação dos recursos;
- b) nome e CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviços, quando for o caso;
- c) o contrato a que se refere o pagamento a ser realizado;
- d) a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- e) a comprovação do recebimento definitivo do contrato mediante inclusão no Sistema das Notas Fiscais ou documentos contábeis.

II) - Apresentar ao **CONCEDENTE**, relatórios quando solicitado pelo **CONCEDENTE**, das atividades executadas no período, demonstrando o progresso na implantação do Convênio, que deverão ser incluídos no SICONV pelo técnico designado pela **CONVENIENTE**.

III) - Responsabilizar-se por todas e quaisquer autorizações, licenças e demais documentos necessários à perfeita realização do objeto deste Convênio;

IV) - Obedecer ao Cronograma determinado no Plano de Trabalho, que é parte integrante deste Instrumento.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da **CONVENIENTE** e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da aprovação das contas pelo **CONCEDENTE**, podendo mantê-lo em arquivos digitais, se preferir.

Parágrafo Único – Obriga-se a **CONVENIENTE** a apresentar, por cópia autenticada, todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, no caso de violação ao disposto neste parágrafo, dar-se-á o mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, na hipótese de não remessa do documento no prazo estipulado na respectiva notificação de cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio, serão atribuídos às partes **CONVENIENTE**, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial, comercialização, sem o consentimento prévio e formal do **CONCEDENTE**.

Parágrafo primeiro - Deverá ser destinado ao **CONCEDENTE** um original dos vídeos produzidos, cópias dos produtos de divulgação e comunicação (cartilhas, material didático, paradidático ou outro material educativo) 5%(cinco por cento) da edição de publicações até o limite de cem cópias, cópias de publicações de artigos em periódicos científicos, divulgações em anais de congressos e capítulos de livros, CDs, CD-ROM's e DV's, resultantes do presente Convênio ;

Parágrafo segundo - O acesso do **CONCEDENTE** ao original ou cópia do vídeo será permitido, a qualquer tempo, sendo de responsabilidade da **CONVENIENTE** a guarda do mesmo em condições adequadas.

Parágrafo terceiro - Os direitos autorais sobre obras intelectuais que integrarão o objeto do presente Convênio, permanecem de titularidade exclusiva dos seus autores, nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;

Parágrafo quarto - Cabe à **CONVENIENTE** a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva resultante do presente Convênio, conforme estabelece a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;

Parágrafo quinto - Fica assegurado ao **CONCEDENTE** o direito de reedição das obras intelectuais produzidas neste Convênio, para atendimento a projetos ou outras ações de interesse do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DIVULGAÇÃO



A **CONVENIENTE** se obriga a mencionar o **CONCEDENTE** em todas as formas de divulgação do objeto deste Convênio, além de veicular a Marca do IPHAN, em qualquer peça promocional do Projeto, sendo que a marca será fornecida em processo digital pelo **CONCEDENTE**, não podendo sofrer qualquer tipo de alteração em seu corpo, letras e cores, devendo ser enviado ao **CONCEDENTE** um exemplar de cada material e matéria divulgada.

Parágrafo Primeiro - É vedado aos partícipes utilizarem em qualquer produto resultante deste Convênio, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Segundo - A **CONVENIENTE** deverá expressar o apoio do **CONCEDENTE** nos artigos em periódicos científicos, divulgações em anais de congressos e capítulos de livros, peças publicitárias para o rádio, incluindo a seguinte expressão: Este trabalho contou com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Parágrafo Terceiro - Nas peças eletrônicas e de cinema resultantes do presente Convênio, a **CONVENIENTE** deverá constar a seguinte expressão: "Produzido em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN";

Parágrafo Quarto - É de inteira responsabilidade da **CONVENIENTE** a aquisição das autorizações de direito de imagem, autoral, e outros correlatos, bem como de autorizações necessárias à consecução do objeto do presente ajuste junto à **Fundação Nacional do Índio - FUNAI**, nos termos da legislação específica, a fim de viabilizar a realização, execução e o aproveitamento dos resultados, produtos e subprodutos, nos termos do parágrafo anterior, quando o objeto do presente ajuste, envolver comunidades Indígenas. (QUANDO SE TRATAR DE COMUNIDADE INDIGENA).

CLÁUSULA DÉCIMA- QUINTA- DOS BENS

Os bens adquiridos em decorrência deste Instrumento serão de propriedade da **CONVENIENTE**, devendo incorporar ao seu patrimônio após a prestação de contas final devidamente aprovada pelo **CONCEDENTE**.

Parágrafo único - Sendo este Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos na Cláusula Décima Sexta, bem como não tendo seu curso regular, ou ainda tendo sido constatada a paralisação do projeto governamental que legitimou a doação dos bens, ou o desvio da finalidade na sua utilização, após a extinção do Convênio, estes serão automaticamente revertidos ao **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações concernentes ao período de vigência e creditando-se lhes, igualmente os benefícios adquiridos no mesmo período, após a prestação de contas.

Parágrafo Primeiro - O inadimplemento de quaisquer Cláusulas ou condições deste Instrumento, a utilização de recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, a aplicação de recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto neste Instrumento e na legisla-



ção vigente, por parte da **CONVENENTE**, obrigar este no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, ao recolhimento do saldo financeiro remanescente, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras ao **CONCEDENTE**.

Parágrafo Segundo – A rescisão do Convênio na forma acima estabelecida ensejará a instauração da competente Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Terceiro – Este Instrumento poderá também ser rescindido, de comum acordo entre as partes, ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do artigo 109 da Constituição Federal, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E, assim, por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.



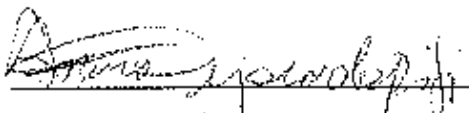
LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do IPHAN
Jurama Machado
Presidenta do IPHAN



Juliano George Basso
Diretor-Presidente,

1ª TESTEMUNHA

Nome:
Identidade:
CPF:



2ª TESTEMUNHA

Nome: **ANUVIA YAWMLAWITI**
Identidade: **2116514 SSP DF**
CPF: **968 290 361 00**